

Introdução

A 18 de janeiro de 1921 a população alfacinha deparou-se com um novo diário, *A Imprensa de Lisboa*, editado pelas associações de classe dos jornalistas, dos tipógrafos e dos distribuidores. Dois dias depois era colocado à venda o número inaugural d'*O Jornal*, fruto da coligação entre as principais empresas de jornais da capital. Por fim, volvido cerca de um mês, os esforços desencadeados pelos jornalistas Pinto Quartim e Norberto Lopes, figuras destacadas do ofício, fariam com que o *Última Hora* passasse a ser objeto de leitura e discussão nos cafés da capital.

Embora o preço do papel não convidasse a tal empreendimento, o surgimento de novos projetos editoriais não suscitava, à época, uma grande perplexidade. Sob diferentes condições, responsáveis por produtos analogamente distintos, o grande grupo económico, a associação operária ou a facção do partido político possuíam o respetivo boletim ou periódico, os quais podiam durar anos, meses ou semanas. A novidade residia não tanto no fenómeno em si, mas no contexto e nas motivações da sua criação. Se o lançamento de uma gazeta merecia uma atenção bastante relativa, dada a «explosão de comunicações»¹ que ocorria na sociedade portuguesa desde meados do século XIX,

¹ Hermínio Martins, *Classe, Status e Poder e Outros Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998), 76.

já a publicação de três novos diários durante os quatro meses em que grande parte da imprensa lisboeta deixou de sair à rua constituía, per si, um acontecimento.

Não é que nada de parecido alguma vez tivesse acontecido. À semelhança dos demais setores económico-produtivos, a situação da imprensa refletia o contexto de crise verificado após a Primeira Guerra Mundial, marcado pelo aumento da inflação e por lutas travadas em prol de aumentos salariais e/ou da aplicação efetiva da lei das oito horas de trabalho. Neste caso, a greve dos trabalhadores de imprensa envolveu não só a paralisação da produção, comum a qualquer tipo de ação deste género, mas a instituição de diários pelas partes em contenda. A par da demonstração de uma força e capacidades organizativas, esta tática assinalava o reconhecimento da cada vez maior influência deste meio de comunicação sobre a sociedade, ao ponto de vir transformar «um conflito no seio dos jornais num conflito entre jornais».²

A novidade deste acontecimento não residia, contudo, no recurso a este tipo de reportório. Até então, os conflitos no seio da imprensa decorriam entre empresas de jornais e operários tipógrafos, um importante segmento da força de trabalho que, desde inícios do século XX, havia demonstrado um elevado nível de combatividade sindical. Na greve dos trabalhadores de imprensa de 1921 verificou-se uma *recomposição técnica e política* do campo grevista,³ fruto da combinação entre *trabalhadores*

² Luís Trindade, *Narratives in Motion: Journalism and Modernist Events in 1920s Portugal* (Nova Iorque: Berghahan Books, 2017), 168.

³ Recuperamos esta terminologia das lutas sociais e políticas – e do correspondente aparelho teórico – desencadeadas em Itália ao longo das décadas de 60 e 70 do século passado. Na análise das movimentações ocorridas nas fábricas, nos bairros ou nas universidades realizada pelo *operaismo italiano*, a articulação dos conceitos de *composição técnica e política* remete não só para o aspeto técnico e organizativo do trabalho (qualificações,

manuais (tipógrafos e distribuidores) e *intelectuais* (jornalistas).⁴ Para estes últimos, conforme a expressão do tipógrafo, jornalista e sindicalista Alexandre Vieira, o movimento representou o seu «batismo de fogo».⁵

O objetivo desta obra é analisar o lugar e o significado desta greve no percurso do associativismo de classe dos jornalistas ao longo da I República.⁶ A par dos boletins sindicais e de

competências, formas de gestão a que os trabalhadores se encontram sujeitos), mas igualmente para os «comportamentos subjetivos, as necessidades, as tradições de luta, como parte da definição de classe» [Sandro Mezzadra, «Operarismo e pós-operarismo», *Lugar Comum*, n.º 42 (2014)]: 88.

⁴ Esta distinção estabelece-se com base na rotina produtiva dos trabalhadores e não na afirmação de uma capacidade. Assim, o que distingue o trabalhador *manual* do *intelectual* é apenas e só a mobilização de competências exigidas pelo sistema de produção em que se encontra integrado. Enquanto o trabalho intelectual se encontra associado a ocupações que implicam o exercício constante e regular de inteligência, independentemente do objetivo, incluindo assim instituições e organizações que não visam a produção de bens e serviços culturais, como a banca ou a administração pública, o trabalho manual envolve um tipo de destreza e habilidade corporal. Contudo, estas últimas não deixam de depender de uma operacionalidade intelectual ao nível do cálculo, da imaginação ou, como refere Richard Sennet, do «desejo de um trabalho benfeito por si mesmo» [Richard Sennet, *The Craftsman* (New Haven: Yale University Press, 2008)], 9.

⁵ Alexandre Vieira, *Em Volta da Minha Profissão: Subsídios para a História do Movimento Operário no Portugal Continental* (Lisboa: edição de autor, 1950), 150.

⁶ Esta obra representa o culminar de um processo de investigação iniciado desde 2018 e que se traduziu na produção dos seguintes artigos científicos: José Nuno Matos, «Censura vermelha: as empresas de jornais perante a greve da imprensa de 1921», *Ler História*, n.º 73 (2018): 193-215, «Profissionais de imprensa e sindicalismo na I República», *Estudos em Comunicação*, n.º 34 (2022): 97-124, e «Before the court of public opinion: imprensa de Lisboa and 1921 press workers' strike», *European Review of History*, 2022. Constituindo um desenvolvimento, esta monografia não deixa de reproduzir alguns excertos destas publicações.

diversos títulos de imprensa, quer convencional (*Diário de Notícias* e *O Século*), quer operária (em particular, o diário e os suplementos d'*A Batalha*), o *corpus* da pesquisa exerce um papel determinante na organização desta obra, grande parte da qual é dedicada à análise da cobertura da greve realizada pelas partes em conflito.

A investigação em torno deste episódio é bastante escassa, não obstante o seu interesse historiográfico. É possível identificar referências a esta greve em estudos subordinados à organização sindical de jornalistas e tipógrafos,⁷ em monografias e dicionários da história da imprensa em Portugal⁸ ou em depoimentos de alguns dos seus protagonistas.⁹ Uma reflexão mais aprofundada deste acontecimento foi publicada em *Narratives in Motion*, de Luís Trindade, obra na qual surge enquadrado numa análise do jornalismo enquanto fator estrutural na perceção da sociedade em torno de si própria, na determinação de eventos políticos e nas estratégias de ação e mobilização desencadeadas por diversos tipos de forças e organizações.¹⁰

Esta pesquisa resulta da convergência de diversas abordagens de análise, reunindo contributos da história cultural, da história do movimento operário e da sociologia da comunicação. Ao centrar-se no estudo de um acontecimento a partir não só

⁷ José Carlos Valente, *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses (1834-1934)* (Lisboa: Sindicato dos Jornalistas, 1998); José Barreto «Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal (II)», *Análise Social*, XVIII, n.º 70 (1982): 183-212.

⁸ Álvaro Costa Matos e Nuno Bessa Moreira, «A imprensa periódica na I República Portuguesa (1910-1926): novos contributos para a sua história», in *Imprensa em Portugal: Uma História*, orgs. Ana Cabrera e Helena Lima (Livros ICNOVA, 2022); Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX* (Coimbra: Ariadne, CEIS20, 2006).

⁹ Vieira, *Em Volta da Minha Profissão*

¹⁰ Trindade, *Narratives in Motion*

da cobertura de imprensa, mas também da subsequente criação de órgãos de informação, esta investigação partilha os objetivos da *história cultural*, procurando «identificar o modo como em diferentes lugares uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler».¹¹ Tal subentende a compreensão de como estas construções, embora «aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forja», acabando por entrar «num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação».¹²

As lutas de representações, das identidades sociais que a partir delas se formam e dos devidos representantes que «marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade»¹³ têm sido, por sua vez, um dos principais objetos de interesse de um campo historiográfico dedicado ao movimento operário. Em Portugal, a imprensa operária não se limitou a integrar o *corpus* empírico de um vasto conjunto de obras dedicadas à história política, económica e social da I República, do sindicalismo e do anarquismo,¹⁴ mas

¹¹ Roger Chartier, *A História Cultural: Entre Práticas e Representações* (Lisboa: Difel, 1988), 16-17.

¹² Id., *ibid.*, 17.

¹³ Id., *ibid.*, 23.

¹⁴ Ricardo Diogo Duarte, «O anarquismo e a arte de governar: Portugal, última década do século XIX e primeiras décadas do século XX» (tese de doutoramento, Lisboa, Nova FCSH, 2022); José Miguel Teodoro, «A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)» (tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013); Joana Dias Pereira, *Sindicalismo Revolucionário: História de Uma Idéia* (Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2011); João Freire, *Anarquistas e Operários: Ideologia, Ofício e Práticas Sociais. O Anarquismo e o Operariado em Portugal (1900-1940)* (Porto: Afrontamento, 1992); Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914* (Lisboa: Editorial Presença, 1988); Carlos da Fonseca, *Para Uma Análise do Movimento*

constituiu ela própria a temática central de vários estudos.¹⁵ Ambos representaram um contributo essencial para a realização deste estudo, principalmente no que respeita à compreensão do contexto político e económico do regime no período do pós-guerra; da dinâmica do movimento organizado dos trabalhadores e da sua relação com o associativismo de classe dos profissionais de imprensa;¹⁶ da posição ocupada por algumas

Libertário e da Sua História (Lisboa: Antígona, 1988); Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal: 1875-1934* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985); José Barreto, «Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal (II)» ..., e «Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal (I)», *Análise Social*, xvii, n.º 66 (1981): 253-291; Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1978); Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)* (Lisboa: Presença, 1977); António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português* (Lisboa: José Fortunato, 1977); César Oliveira, *A Criação da União Operária Nacional* (Porto: Afrontamento, 1973); José Pacheco Pereira, *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal: a Greve Geral de Novembro de 1918* ([S.l.]: Portucalense, 1971).

¹⁵ Jacinto Baptista, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora: para a História do Diário Sindicalista A Batalha (1919-1927)* (Lisboa: Letra Livre, 2019[1977]); João Freire, «Revistas anarquistas portuguesas: entre a política e a cultura», in *Revistas, Ideias e Doutrinas: Leituras do Pensamento Contemporâneo*, AAVV. (Lisboa: Livros Horizonte, 2003); Victor de Sá, *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical: 1836-1996* (Lisboa: Editorial Caminho, 1991); César Oliveira, *Antologia da Imprensa Operária Portuguesa: 1837-1936* (Lisboa: UGT, Perspectivas & Realidades, 1984).

¹⁶ O *profissional de imprensa* equivale ao que atualmente se designa por *jornalista*. Além de constar habitualmente dos diplomas reguladores da atividade no período anterior ao Estado Novo é o próprio movimento sindical a reivindicar a expressão (Carlos Camponez e Madalena Oliveira, «A construção jurídica do conceito de jornalista (1910 e 1999)» in *Contributos para Uma História dos Jornalistas em Portugal*, orgs. Carla Baptista e Carlos Camponez (Livros ICNOVA, 2022). Por esta razão, ambos os termos serão utilizados ao longo desta obra.

figuras de proa do sindicalismo jornalístico na imprensa operária. Por fim, é importante mencionar o recurso aos estudos sobre jornalistas, essenciais na análise das condições de trabalho e de emprego e dos sentidos e expectativas associados à profissão.

Após uma primeira parte dedicada à reflexão em torno da relação entre jornalismo, profissionalismo e esferas públicas (burguesa e proletária), esta investigação começa por abordar os primeiros anos de formação da Associação de Classe dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (ACTIL), concentrando-se, em particular, na sua posição relativamente à Federação do Livro e do Jornal (FLJ), sob hegemonia das classes tipográficas, às empresas de jornais e ao antagonismo verificado entre ambas.

Identificados os principais antecedentes da greve dos trabalhadores da imprensa de 1921, o estudo deste acontecimento será realizado a partir da análise da cobertura dos três diários que foram criados neste e para este âmbito. Sob a direção de Fernando de Sousa (*A Época*), Augusto de Castro (*Diário de Notícias*), Nuno Simões (*A Pátria*) e Manuel Guimarães (*O Século* e *A Capital*), *O Jornal* dedicaria uma grande parte do seu conteúdo ao diagnóstico e reprovação dos fundamentos da greve: a incompatibilidade de interesses entre trabalhadores manuais e intelectuais; a falta de razoabilidade das reivindicações face à crise do setor; ou o recurso à greve como ameaça à ordem civilizacional. Numa fase posterior, esta agenda seria reproduzida pelo *Diário de Notícias* e por *O Século*.

Do outro lado da contenda, as associações de classe dos profissionais de imprensa, dos compositores tipográficos e dos distribuidores de jornais seriam responsáveis pela edição d'*A Imprensa de Lisboa*, projeto encabeçado pelo advogado, jornalista e intelectual libertário João de Campos Lima.¹⁷ A luta

¹⁷ Foi igualmente editor, tradutor e autor de diversas obras, quer teóricas, quer ficcionais.

travada no seio das redações e das oficinas tipográficas ultrapassou assim as fronteiras dos locais de trabalho, com ambos os lados a apontar para um objetivo: a influência da *opinião pública* a seu favor. A sua concretização levou a que o diário dos grevistas, não obstante as circunstâncias da sua criação, desenvolvesse uma agenda para lá dos interesses das corporações responsáveis ou mesmo da própria classe operária, representada por *A Batalha*, órgão de informação da Confederação Geral do Trabalho (CGT).

Se bem que a sua relevância no processo, a avaliar pela sua breve existência, tenha sido inferior à alcançada pelos diários anteriormente mencionados, o *Última Hora* apresenta algumas especificidades que merecem ser consideradas. Ao mesmo tempo que se afirmava como um jornal produzido por grevistas, assumiu desde o início uma linha editorial dirigida aos gostos e interesses das classes médias. Desta forma, a cobertura da greve constituiria, em primeiro lugar, um tema entre muitos e, em segundo lugar, surgiria acompanhada da crítica e denúncia da proletarização do seu público-alvo.

Uma última parte desta obra será dedicada à análise das repercussões que a greve dos trabalhadores de imprensa teve no associativismo de classe dos jornalistas, destacando-se, em particular, a formação do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa (SPIL), a sua relação com o movimento sindical e a resposta política ao golpe militar de 28 de maio de 1926. Tal acontecimento viria a impor não só a proibição de greves, mas também do jornalismo ao longo de quase meio século.